

## **O LAZER NOS PLANOS DE GOVERNO DOS CANDIDATOS À PREFEITURA DE JUIZ DE FORA NAS ELEIÇÕES 2012**

### **RESUMO**

Embora o lazer seja reconhecido como um direito social, também é um termo utilizado de muitas maneiras diferentes, não havendo consenso do seu significado. Diante deste quadro, apesar de ser possível constatar alguns avanços na institucionalização das políticas públicas brasileiras voltadas para esta área, tais avanços ainda guardam certa distância das condições reais de conquista deste direito. Este trabalho busca entender em que medida essa obscuridade em torno do termo afeta as ações políticas na área, investigando a forma como o lazer foi concebido nos planos de governo de candidatos à prefeitura de Juiz de Fora (MG) nas eleições municipais de 2012 e apresentando os possíveis impactos da maneira como o tema foi abordado para o público-alvo das ações. Através de pesquisa bibliográfica, foi feita uma breve revisão de algumas formas de conceituar o lazer que mais têm servido de orientação política no Brasil e um levantamento de alguns elementos-chave para analisar políticas públicas de lazer de âmbito municipal. Os planos de governo foram analisados através desses elementos. Esta análise permitiu identificar nos planos uma valoração do lazer, mas que está em descompasso com as ações propostas. Demonstrou também que, quando os governantes possuem uma visão simplista do lazer, a população se torna alvo de ações limitadas que não ampliam o alcance deste direito. Públicos diferentes passam a ser contemplados com apenas um conteúdo e os espaços preparados para a vivência são direcionados a apenas um tipo de lazer.

**Palavras-chave:** Lazer. Políticas públicas de lazer. Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

### **APRESENTANDO A PROPOSTA**

Um dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos é dedicado ao lazer. Este é um dos motivos por que foi reconhecido como um direito social na Constituição Brasileira de 1988, sendo também adicionado a outras legislações importantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso. A despeito disso, lazer é também um termo utilizado de muitas maneiras diferentes, não havendo consenso, especialmente no meio acadêmico, do seu significado. (GOMES, 2008a) Neste contexto, apesar de algu-

mas pesquisas, como a de Leila Pinto (2008), apresentarem uma espécie de processo evolutivo na institucionalização das políticas públicas brasileiras voltadas para esta área, alguns pesquisadores como Marcellino (2008a), Gomes (2008b), Almeida e Gutierrez (2011) demonstram que estes avanços institucionais ainda guardam significativa distância das reais condições de conquista deste direito.

De maneira geral, o trabalho aqui apresentado foi elaborado tendo em vista apresentar que tipo de relação pode haver entre estes dois quadros: a obscuridade em torno do lazer como tema e as dinâmicas em torno das políticas públicas de lazer. Para tanto, foi investigada a forma como o lazer foi concebido nos planos de governo dos principais candidatos à prefeitura de Juiz de Fora (MG) nas eleições municipais de 2012. Tais planos são tidos como diretrizes para o exercício de um mandato de quatro anos. É possível que os governos não cumpram (talvez nem almejem realmente cumprir) tudo o que está descrito nas diretrizes, mas também é verdade que as propostas irão direcionar as ações que dificilmente poderão avançar para além do que foi proposto. Desta forma, o plano de governo se revela útil para captar a tanto a visão das vertentes políticas sobre determinados temas, quanto à maneira como pretendem traduzir suas perspectivas em ações concretas, favorecendo a proposta de análise.

As duas questões que aqui serão analisadas não devem ser confundidas, pois “[...] a discussão a respeito de políticas de lazer é muito distinta da discussão sobre o objeto de pesquisa lazer.” (ALMEIDA; GUTIERREZ 2004, p. 59) Porém elas se influenciam. Para Gutierrez (2001, p. 2), “[...] há uma relação interna essencial e inevitável entre a definição que se adota de lazer, a forma de aproximação metodológica e a proposta de políticas efetivas de intervenção no real”. Sendo assim, a proposta de análise dos planos de governo se revela útil para clarear esta relação, apresentando como uma questão incide sobre a outra.

Alguns procedimentos foram necessários para o cumprimento desta tarefa. Não é possível captar as nuances presentes nas ações propostas sem uma reflexão sobre as perspectivas sobre o lazer que mais têm servido de orientação política, por isso, na primeira seção, foram revisitadas algumas formas de conceituar o lazer, levando em consideração algumas críticas. Após o cumprimento desta etapa, realizou-se uma reflexão sobre as políticas públicas de âmbito municipal voltadas para o tema, buscando levantar alguns elementos fundamentais para a análise. As conclusões destas duas etapas, realizadas com base em pesquisa bibliográfica, serviram de suporte para criar um modelo de análise dos planos de governo a fim de se evitar que a proposta se reduzisse a uma mera interpretação de textos. De posse destes recursos, na análise dos planos de governo, além da investigação da concepção de lazer presente no plano,

foram pontuadas possíveis consequências da forma como o tema foi abordado para a população. A expectativa é que o trabalho possa ampliar horizontes sobre o tema, evidenciando possíveis riscos da adoção de uma visão reducionista a respeito do lazer.

## **REVISITANDO CONCEITOS**

Visando o cumprimento da proposta supracitada, inicialmente, serão apresentadas algumas formas de conceituar o lazer. Não serão apresentados autores clássicos sobre o tema, tais como Veblen, Lafargue e Debord, nem serão discutidas amplamente as diferentes concepções de lazer<sup>1</sup>. Optou-se por privilegiar apenas as perspectivas que, segundo Christianne Gomes (2004), mais influenciaram as posturas políticas adotadas no Brasil com respeito ao tema, ou seja, a ideologia recreacionista e o pensamento de Dumazedier, um dos autores clássicos. Na exposição destas perspectivas, que também podem ser clamadas de “pensamento dominante nos Estados Unidos” e “sociologia dos tempos sociais” (PRONOVOST, 2011, p. 19), também serão apresentadas algumas abordagens críticas a elas.

Iniciemos com a escola recreacionista estadunidense. O Brasil parece ter sido influenciado por ela durante muito tempo. (GOMES, 2008b) O pensamento sobre lazer que predomina nos Estados Unidos floresceu no início do século XX apoiado em uma noção específica de “natureza humana” e de “civilização”. (PRONOVOST, 2011, p. 20) Esta tradição, inspirada no universo infantil, entende que a natureza humana tem o jogo como um dos seus traços fundamentais e que os ideais de igualdade e crescimento pessoal podem ser atingidos no tempo livre. Assim, o lazer se tornou parte integrante do ideal democrático americano, pois era tido como arauto das liberdades individuais tão caras a este ideal.

Esta ideologia deu origem a vários movimentos históricos que levaram ao surgimento de instituições públicas e parapúblicas, como parques públicos e centros esportivos. (PRONOVOST, 2011, p. 20) Neste processo de institucionalização do lazer emergiu a noção de recreação, como uma atividade em tempo determinado, caracterizada pelo jogo. O tempo livre se referiria ao contexto histórico do lazer e a recreação, por sua vez, àquilo que as instituições surgiram para promover. A ênfase também recaía sobre a liberdade de escolha e a satisfação pessoal.

Este veio a ser o pensamento dominante nos Estados Unidos, mas tomou forma de uma ideologia profissional que se espalhou pelo mundo. (PRONOVOST, 2011, p. 21) O ativismo que expressava esta visão de mundo, no Brasil, se refletiu

---

1 Para esta discussão, ver Almeida (2003).

na ideia de que era necessário ocupar as pessoas que agora tinham um tempo livre com atividades consideradas “saudáveis”. (GOMES, Christianne, 2004, p. 119) Difundido entre as elites políticas, havia um medo de que as pessoas que tivessem a jornada de trabalho reduzida ficassem ociosas, envolvendo-se em atividades nocivas à sociedade.

Sendo assim, durante um bom tempo, a concepção que serviu de orientação política no Brasil foi a de que o lazer é um período de tempo que deve ser “[...] ‘racionalmente’ organizado e ‘adequadamente’ preenchido”. (GOMES, Christianne, 2004, p. 120) Todavia, a partir da década de 1970, repercutiu fortemente aqui a produção teórica do sociólogo francês Jofre Dumazedier. Cristina Gomes (2008), ao pesquisar a produção científica sobre lazer, constatou que ele foi o pesquisador estrangeiro que mais influenciou a literatura brasileira sobre o assunto. Para esta autora, tal influência brotou a partir de suas várias vindas ao país, principalmente para seminários internos promovidos pelo Serviço Social do Comércio (SESC), em São Paulo.

A influência de Dumazedier se revela no fato de que seu conceito é muito citado em diversas obras sobre o assunto. (GOMES, Cristina, 2008) Tal conceito está sistematizado no livro *Lazer e Cultura Popular*. Nele, o lazer é apresentado como:

Um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja divertir-se, recrear-se, entreter-se, ou ainda desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1976, p. 34)

Com este conceito, o autor conjuga dois elementos, o tempo e a atitude. Quem fornece uma explicação sintética da relevância destes aspectos é Marcellino ao explicar que, quanto à conceituação de lazer, é possível distinguir:

[...] duas grandes linhas: a que enfatiza o aspecto *atitude* considerando o lazer como um *estilo de vida*, portanto independente de um tempo determinado, e a que privilegia o aspecto *tempo*, situando-o como *liberado* do trabalho, ou como *tempo livre*, não só do trabalho, mas também de outras obrigações – familiares, sociais, religiosas –, destacando a *qualidade* das ocupações desenvolvidas. (MARCELLINO, 1987, p. 27, grifo do autor)

O arranjo elaborado por Dumazedier no conceito supracitado parece conjugar as duas grandes linhas. Na primeira parte, ele enfatiza o quesito atitude quando afirma que “o indivíduo pode entregar-se de livre vontade” e, ao final, evoca o quesito tempo ao dizer “após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações”<sup>2</sup>.

2 Sobre as “obrigações”, cabe observar que Dumazedier considera outros empenhos e não somente o trabalho, mas este se torna central em seu pensamento, principalmente quando se propõe a explicar as origens do lazer.

Nota-se que, apesar de significativo avanço, já que não se reduz o lazer ao tempo subtraído da jornada de trabalho, esta perspectiva ainda caminha muito próxima da ideologia recreacionista. O conceito de Dumazedier “[...] restringe o lazer a determinadas atividades, assemelhando-se ao sentido de recreação construído, no Brasil.” (GOMES, 2008b, p. 109)

À medida que a influência de Dumazedier se expandiu, aumentava também a produção acadêmica sobre o assunto, multiplicando-se o número de estudos. (GOMES, 2008b, p. 113) Ocorreu também a popularização do termo “lazer” que pouco a pouco ia substituindo o termo “recreação”. Mas a substituição do termo não garantiu uma mudança de perspectiva. Embora o próprio Dumazedier (1999, p. 12) considerasse a recreação um reducionismo do lazer que deveria ser evitado, havia um “[...] sentido de recreação, arraigado culturalmente em nosso contexto.” (GOMES, 2008b, p. 116) Como este sentido assemelhava-se à sua proposta, a orientação política não foi alterada, mantendo-se presa a uma visão técnica-operacional de boa ocupação do tempo dos sujeitos. A recreação “[...] continuou servindo de modelo para a operacionalização de diferentes programas de lazer em nosso país”. (GOMES, 2008b, p. 111)

Cabe notar que as pesquisas de Dumazedier (1976, 1999), a partir das quais o arranjo conceitual foi elaborado, foram realizadas nos anos cinquenta, uma época de muitos movimentos sindicais na França em prol de melhorias das condições de trabalho. Uma das principais reivindicações era o tempo. Pedia-se a redução da jornada de trabalho, o descanso semanal remunerado, férias e a aposentadoria<sup>3</sup>. Dumazedier desenvolve uma teoria para o estudo do que as pessoas estavam fazendo durante este tempo duramente conquistado e, para isso, lança mão do termo lazer, que já era utilizado anteriormente, ainda que não de maneira ampla. (GOMES, Christianne, 2004)

Em suas pesquisas (1976), o sociólogo francês se depara com uma gama de atividades que julgou serem conteúdos culturais do lazer (tais como o teatro, os esportes, as viagens, o cinema, a televisão, entre outros). Esses conteúdos caracterizariam uma vivência de lazer. A confusão que surge é que se começa a falar do uso do tempo pensando que está se referindo àquilo que mais ocupou o período de não trabalho que foi conquistado. Tal fenômeno recebeu o nome de lazer, mas passou a ser entendido em relação com o tempo e com a desobrigação<sup>4</sup>. Dumazedier enfatiza que o lazer está restrito ao período em que o indivíduo consegue “livrar-se ou

3 O resultado destas reivindicações recebeu vários nomes, não-trabalho, tempo livre (DUMAZEDIER, 1999; PARKER, 1978), tempo disponível (MARCELLINO, 1987), tempo conquistado (GOMES, 2008b), entre outros. É da análise dessa conquista que advém a ideia de que o lazer seja caracterizado pelos fins: fim do dia (redução da jornada), fim de semana (descanso semanal), fim do ano (férias) e fim da vida (aposentadoria).

4 A identificação do lazer como algo oposto às obrigações também é um dos motivos pelos quais lazer e trabalho (bem como qualquer outra vivência que traga a ideia de encargo, como a religião) vão ser vistos

desembaraçar-se das obrigações.” (1976, p. 34) É por este motivo que esta tradição é chamada de “sociologia dos tempos sociais.” (PRONOVOST, 2011, p. 25)

O industrialismo, como uma visão de mundo através da qual o tempo social é tido como mercadoria (expressa na máxima “tempo é dinheiro”), condicionou a forma como Dumazedier podia entender o lazer. Por isso, a tradição teórica que floresceu a partir de seus estudos tratou o fenômeno como próprio das sociedades modernas. Estas seriam aquelas em que o tempo está organizado de tal forma que possibilitaria a sua emergência. Tem-se então que, embora conjugue tempo e atitude, o aspecto temporal continua sendo a principal referência conceitual e, por isso, a perspectiva de Dumazedier continua tão próxima da ideologia recreacionista<sup>5</sup>.

A concepção de lazer como um tempo desobrigado que precisa ser devidamente ocupado, sob o risco da ociosidade, parece condizer cada vez menos com o contexto atual. Esta interpretação através do tempo e de uma oposição ao trabalho (mas que está presa aos seus imperativos ativistas) dificulta sua aplicação à realidade concreta atual. (GUTIERREZ, 2001, p. 5) E é neste ponto que são levantadas muitas críticas. Como os “conteúdos culturais do lazer” se apresentariam em contextos em que o tempo não está formalizado? E como seria possível falar em lazer como parte significativa de “não-trabalho” diante do atual desmoronamento da categoria “trabalho”? (GUTIERREZ, 2001, p. 6) E ainda é preciso levar em conta que os “[...] ‘tempos ‘institucionalizados’ não garantem uma vivência significativa do lazer.” (GOMES, 2008b, p. 130)

Não é possível apresentar neste espaço todas as abordagens críticas que têm sido realizadas, mas uma interessante alternativa que tem sido recorrentemente apresentada é o recurso ao conceito de cultura para interpretar o lazer<sup>6</sup>, o que parece ter demorado um bom tempo para começar a acontecer também no âmbito internacional. (PRONOVOST, 2011, p. 22) Expoente deste posicionamento é Marcellino ao defender o lazer como tendo um fim em si mesmo e o definir como “a cultura vivenciada no tempo disponível”. (1987, p. 29) Na sua crítica, tenta resgatar o conceito de ócio e destaca a opção do indivíduo como sendo um aspecto essencial do lazer. Para ele, o indivíduo poderia optar por uma vivência

---

em polos opostos. O problema é que o lazer está sempre em relação dialética com qualquer tipo de obrigação. (GOMES; ELIZALDE, 2012, p. 83)

5 Interessante notar também que a ênfase na atitude, como apontada por Marcellino (1987), se dilui na perspectiva de Dumazedier em uma posição negativa para com o que se vive. A atitude do indivíduo seria a de fugir das obrigações. Não se analisa pela via positiva, ou seja, o que o indivíduo procura no lazer. Relevante reflexão nesta outra linha, analisando o lazer através da busca por prazer, é realizada por Gutierrez (2001).

6 São propostas semelhantes a da abordagem antropológica americana, que é outra tradição teórica estadunidense de menor peso, na qual o lazer é tido como uma categoria da antropologia cultural. (PRONOVOST, 2011, p. 22)

ativa, mas também por uma vivência contemplativa ou passiva, o que seria o ócio, sendo estas duas possibilidades, âmbitos de um mesmo fenômeno.

Gomes e Elizalde (2012) também recorrem à noção de cultura. Preocupados com as nuances do contexto latino-americano frente ao que chamam de colonialidade<sup>7</sup>, propõem que o lazer seja entendido como “[...]uma dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço social.” (GOMES; ELIZALDE, 2012, p. 30) As implicações desse conceito são interessantes. Por um lado, há um desapego da ótica do tempo, abrindo a possibilidade de se pensar o lazer sem fronteiras absolutas com outras vivências da cultura, dispensando o conceito ambíguo de semilazer<sup>8</sup>. Por outro, há também um despreendimento da ótica da atitude, visto que conseqüentemente se coloca em xeque a opção, característica fundamental para Marcellino (1987). Isso porque, através desta visão, é possível levar em conta que o indivíduo não é tão livre para optar pelo seu lazer quanto se pensa. Ele opta dentro dos limites que a sua própria cultura lhe impõe. Desta forma, o aspecto mais relevante passa a ser a ludicidade da vivência, o que permite colocar o lazer em uma relação dialética não só com o trabalho, mas com toda a cultura do sujeito.

O recurso à cultura também é adotado por Almeida e Gutierrez (2004, 2008). O principal avanço que fazem é destacar que o lazer, embora tenha um aspecto pessoal, encontra-se no interior das relações sociais. Adotando uma perspectiva habermasiana, os autores apontam que nas atividades de lazer existem interações comunicativas, típicas da sociabilidade espontânea, que devem ser tomadas em consideração. (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2008) Também adotam um modelo metodológico que diferencia a cultura em três âmbitos: massa, popular e erudita; para os quais corresponderiam tipos diferentes de lazer. (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004) Desta forma, incorporam reflexões da Escola de Frankfurt sobre a indústria cultural, assim como as críticas a ela.

Marcellino, Gomes, Elizalde, Almeida e Gutierrez têm em comum o recurso a um conceito semiótico de cultura. Embora os dois últimos sejam muito influenciados por Habermas, de maneira geral, a inspiração latino-americana vem de Geertz (2008) ao tratar a cultura, grosso modo, como um sistema simbólico integrado de ações conjuntas, claramente discernível através do isolamento de grupos humanos e interpretável através do método antropológico. São alternativas ao modelo conceitual recreacionista tido como não suficiente

7 É um termo utilizado para se referir ao etnocentrismo europeu que permeia a academia latino-americana.

8 O conceito é de Dumazedier (1999, p. 90). É o conceito com o qual se definiria um *show gospel*, por exemplo, visto que está imbricado de outras motivações (religiosas, no caso) que impediriam a vivência plena do lazer. Mas, na perspectiva de Gomes e Elizalde (2012, p. 84), é uma ilusão pensar o lazer como um fragmento isolado da vida, pois sempre está em relação com outras esferas da existência humana.

para dar conta da realidade atual. No entanto, o que precisa ser fixado nesta seção é a resistência deste modelo. É preciso levá-lo em consideração para analisar a forma como orientações conceituais podem influenciar as ações políticas, como será feito na análise do conteúdo dos planos de governo, entendendo que o que está em jogo é que uma concepção reducionista distancia os gestores da prática efetiva da população.

## **REFLETINDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER**

Antes da apreciação dos planos, é preciso discutir algumas variáveis fundamentais na análise de políticas públicas de lazer. Diante disso, impõem-se as questões sobre o que são políticas públicas de lazer e qual o papel do Estado frente ao tema. Iniciando com as políticas públicas é possível dizer que se tratam de ações intencionais de governos que buscam definir e compatibilizar objetivos e meios entre atores sociais sujeitos a restrições. Elas se distinguem pela relevância social do alcance de seu conteúdo, diferenciando-se, por exemplo, das políticas de Estado, cujo conteúdo se direciona à própria manutenção e viabilização do governo. Têm a ver com a decisão de um governo envolvendo um conjunto de ações em torno de fazer ou não fazer algo deliberadamente a respeito de determinada questão. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 7-8)

Durante muito tempo, sob a ideologia do liberalismo, vários governos ao redor do mundo aceitaram todas as consequências do progresso econômico, entendendo que a política deveria ser uma esfera separada da economia. O avanço progressivo do capitalismo e a emergência de uma economia de mercado deram origem ao que Karl Polanyi (2000) chamou de “moinho satânico”. Trata-se de formas de desarticulação social que surgiam com o avanço econômico. Onde o capitalismo se instalava, gerava um ritmo de mudança social muito intenso e o ritmo do ajustamento da população a estas mudanças não necessariamente era o mesmo. (POLANYI, 2000, p. 56) Em muitos casos, o desenvolvimento econômico não era socialmente suportável, aumentando a desigualdade, a concentração de renda e o risco da pobreza. Como o liberalismo defendia um mercado autorregulável, em muitos contextos, a economia deixada à mercê do mercado “triturou” a vida social.

O auge desta situação foi a Grande Depressão, que teve início em 1873. O progresso econômico gerava uma concorrência imperfeita que concentrava cada vez mais o poder social em mão privada. Isso chegou a tal ponto de gerar uma grande crise dentro do próprio capitalismo que só foi controlada com a aceitação da intervenção estatal na economia. Neste contexto, encerrou-se a era liberal e o Estado



adquiriu novas funções. Aconteceu aquilo que Habermas (2003) chamou de “mudança na estrutura social da esfera pública”. O capitalismo trouxe novas exigências ao Estado e este acréscimo de funções fez balançar a barreira que existia entre ele e a sociedade. (HABERMAS, 2003, p. 173) Ocorreu uma estatização da sociedade e uma socialização do Estado. Os governos adotaram o keynesianismo como política econômica e o protecionismo como política social. (POLANYI, 2000)

Assim surgiu o Estado de bem-estar social e, com ele, isso que conhecemos hoje como política pública. Trata-se de uma interferência política que visa corrigir as desigualdades que existem na esfera econômica. Emergiram também os direitos sociais, que passam a acompanhar os direitos civis e políticos na formação da cidadania. Entre estes direitos está o lazer. As políticas públicas de lazer se caracterizam, então, por um conjunto de ações do governo que, partindo do reconhecimento do lazer como um direito social, influem sobre a vivência pessoal do lazer da população mais vulnerável às desigualdades econômicas.

Existem as políticas públicas de lazer que resultam de ações em outras áreas (como a redução da jornada de trabalho que toca tangencialmente o tema) e as políticas públicas setoriais de lazer que são as que são direcionadas especificamente à área (como a construção de uma praça, por exemplo). (MARCELLINO, 2008a) Geralmente, as políticas de lazer possuem pouca ressonância política frente a temas que chamam mais a atenção, como a saúde e a educação. (AMARAL, 2004; MARCELLINO, 2008a) Além disso, as políticas públicas tendem a ser divididas em setores que são gerenciados por diferentes sujeitos, muitas vezes, com orientações ideológicas díspares, visto que assumem estes espaços por diferentes motivos, muitas vezes por *lobby*. Sendo assim, os temas que dão origem a estes setores acabam não sendo vistos de maneira articulada, o que seria crucial para a melhoria da qualidade de vida da população. (GUTIERREZ, 2001, p. 114)

Ao observar o quadro atual, Marcellino (2007, p. 9) afirma que “[...] a importância que o lazer vem ganhando [...] não vem sendo acompanhada pela ação do poder público”. Isso quer dizer que há um descompasso entre a aceitação do lazer como tema de relevância social e o desenvolvimento das ações concretas para garantia deste direito. Pinto (2008) explica este fato argumentando que a amplitude que o lazer assumiu foi um grande desafio para os governantes que tiveram que criar e implementar políticas que pudessem reconhecer e proteger tal direito. É neste patamar que se encontram as políticas públicas atuais e é também aí que é preciso retomar a discussão a respeito do papel do Estado.

Já foi comentado acima como o liberalismo levava ao entendimento de que o Estado não deveria influenciar a sociedade civil. Da mesma maneira, a interpretação do papel do Estado frente às políticas públicas de lazer tende a variar

de acordo com a orientação ideológica adotada pelos governos. Amaral (2004) aponta que é possível encontrar políticas sob diferentes orientações no contexto brasileiro. Inclusive sob uma perspectiva neoliberal que dá origem a um modelo de política híbrido entre a democracia participativa e representativa. (AMARAL, 2004, p. 183) Esta orientação tem recebido várias críticas por defender um Estado mínimo, mas com fortes poderes intervencionistas.

Apesar desta questão ideológica, historicamente, a União se posicionou de forma peculiar com respeito ao lazer. Almeida e Gutierrez (2011, p. 8) afirmam que “o lazer no Brasil desenvolveu-se principalmente pelo investimento estatal” e que “o Estado foi o grande mecenas do lazer brasileiro”. Estes autores citam exemplos da história do desenvolvimento do rádio, da televisão e do turismo para comprovar esta tese. Ora, se o Estado esteve sempre influenciando o desenvolvimento do lazer através da criação de leis, incentivos fiscais e da fiscalização da iniciativa privada, as políticas públicas criadas exerceram forte influência sobre a forma como a população vivenciou o lazer. Dito de outra maneira, o posicionamento do Estado influenciou fortemente as alternativas de vivência lúdica da população.

Pinto (2008) parece concordar com isso ao descrever o desenvolvimento institucional das políticas públicas de lazer no Brasil. Ela revela que parece haver um processo evolutivo na institucionalização do direito ao lazer no país. O lazer evoluiu de um benefício concedido aos trabalhadores em contrapartida ao trabalho, para um direito social que precisa ser estendido a todas as camadas da sociedade. No entanto, a mesma autora explica que desde o período de legalização do lazer, nas décadas de 1930 e 1940, difundiu-se uma política assistencialista de recreação orientada que direcionava as ações. É o modelo conceitual que foi apresentado na seção anterior. Ele deixou vários rastros ao longo do tempo. Almeida e Gutierrez (2011) apresentam como os governos autoritários brasileiros (Estado-Novo e os militares) utilizaram o lazer como forma de se legitimarem frente à população, além de desviar a atenção das questões políticas<sup>9</sup>. Os autores constataam que esta visão funcionalista ainda é corrente nas prefeituras de diferentes partidos políticos. Uma visão que, segundo eles, precisa ser superada para que se amplie o alcance desse direito.

Ainda sobre o papel do Estado, cabe destacar o papel dos municípios. Almeida e Gutierrez descrevem que, a partir de Collor, ocorreu um movimento

---

9 Os autores explicitam isso apresentando como os militares reduziram o lazer ao seu conteúdo físico, tomando precedência deste sobre os demais, ao atrelá-lo às atividades corporais e ao esporte, para isso, inserindo a Educação Física no currículo escolar obrigatório. (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011, p. 77) Na ideologia recreacionista, o esporte seria uma forma de “boa” ocupação do tempo livre.

de descentralização da União que a afastou das ações culturais. Eles afirmam que esta “[...] política cultural do governo Collor afetou diretamente as práticas de lazer”. (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011, p. 95) Logo, a responsabilidade das ações sobre esse campo foi sendo transferida gradualmente aos municípios, por lidarem mais diretamente com a população. Isso pode ser facilmente identificado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 59, quando afirma que “[...] os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer”. (BRASIL, 1990) Diante disso, Marcellino (2008b) alerta que existem limitações, uma vez que há questões sobre o lazer que transcendem ao Executivo municipal e que, apesar de serem os municípios a instância mais próxima dos cidadãos (por isso talvez a mais apta à dinamização do lazer), as políticas públicas não devem ficar restritas a este âmbito, devendo ser considerada a perspectiva das regiões.<sup>10</sup>

Diante dessa conjuntura atual, vários autores têm discutido as políticas públicas de lazer. Neste texto, foram privilegiados alguns que discutem elementos que poderiam ser utilizados na análise dos planos de governo. Zingoni, por exemplo, explora em um de seus textos a necessidade de as políticas considerarem a coletividade em sua constituição, uma vez que, até agora, “a maior parte das ações não se dirigiu às famílias, mas aos indivíduos”. (2008, p. 84) A pesquisadora aponta que somente políticas que prezem pelo acesso das famílias (apoian-do iniciativas coletivas) e pela redução dos custos e maior igualdade neste acesso (entre sujeitos de diferentes condições em termos de gêneros, idade, etnia ou situação qualquer), são capazes de superar o quadro da política de lazer brasileira marcadamente elitista para com os setores mais privilegiados, assistencialista para com os menos favorecidos e centralista institucionalizada em suas ações. Esta questão diz respeito ao público-alvo das ações políticas.<sup>11</sup>

Marcellino também levanta questões que podem ser consideradas na análise. Em um de seus textos, escrito em parceria com Barbosa e Mariano (2006), apresenta a necessidade de fornecimento de espaços e equipamentos. Nesta abordagem, considera-se inicialmente que o lazer não é possível sem um espaço que o possibilite. Os autores afirmam que a forma mercantilizada como as políticas têm sido arrançadas faz com que o lar, que é um equipamento, se torne “o principal lugar para tal atividade”. (BARBOSA; MARCELLINO; MARIANO,

10 O autor também chama a atenção para o fato de que o governo deve buscar alternativas, pois muitas vezes o problema não é a falta de recursos e sim o seu mau aproveitamento.

11 Quanto a isso, Souza (2008) defende que tais ações devem considerar que o grupo de sujeitos excluídos não é homogêneo e que o Estado também deve prover meios para que as propostas se materializem efetivamente, evitando uma inclusão precária destes sujeitos.

2006, p. 59) Ao constatar que o Brasil é um país que caminha por uma progressiva privatização dos espaços, os autores concluem que “democratizar o lazer implica democratizar o espaço”. (BARBOSA; MARCELLINO; MARIANO, 2008, p. 134) Neste sentido, a política pública desta área deve considerar uma política habitacional em que haja espaço para o lazer e também ponderar a utilização de espaços não específicos para isso.

Em outros textos, Marcellino (1987, 2007) avalia que a própria Constituição da República de 1988, ao tratar o lazer como “forma de promoção social”, é carregada de um vício assistencialista que precisa ser superado. Ele defende que é preciso deixar de tratar o tema sempre em relação a outros, como acontece hoje com abordagens do tipo “esporte e lazer”, “lazer e cultura”, “lazer e recreação”, lazer e..., como se tal experiência precisasse ser apresentada através de outra que a justifique. (MARCELLINO, 2008a, p. 22) O autor defende que o lazer tem uma dinâmica própria e alega que o Estado não deve fomentar apenas o entretenimento, termo de apelo amplamente mercadológico, uma vez que diante do mercado, os indivíduos não estão em condições iguais de fruição do lazer. Por isso, semelhante a Gutierrez (2001), Marcellino (2008a, p. 29) defende que deve ser realizada uma política articulada trabalhando o lazer em relação com outras áreas até que o lazer se torne o próprio programa de governo. Uma questão que diz respeito à distribuição das propostas.

Por fim, a partir das discussões realizadas sobre a relação entre lazer e cultura, discutidas por Marcellino (1987), Almeida e Gutierrez (2004, 2008) e Gomes e Elizalde (2012), também é preciso levar em consideração a questão das manifestações culturais no lazer. Um aspecto que diz respeito ao conteúdo das propostas, pois não devem ficar restritas, como a ideologia recreacionista faz pensar, às atividades julgadas “saudáveis” pelos governantes, mas também devem levar em consideração as manifestações culturais de sociabilidade espontânea dos sujeitos a quem as ações são direcionadas. Não se deve reduzir o lazer a um instrumento do governo para conter tensões populares, mas superar uma política apenas de atividades, através da compreensão de que o lazer não é somente algo que se faz, é algo que se vive. Estas questões discutidas formam uma espécie de lupa através da qual os planos de governo podem ser lidos e avaliados. É o que será feito a seguir.

## **DEFININDO A METODOLOGIA APLICADA NA ANÁLISE DOS PLANOS**

Até este ponto foi realizada uma revisão bibliográfica em torno dos eixos temáticos do lazer e das políticas públicas de lazer buscando dar os subsídios teóricos para o empreendimento da análise dos planos de governo, bem como

melhor apropriação desses temas caros a esta pesquisa. Cumprida esta tarefa, são tomados por objeto os planos de governo que foram apresentados pelos candidatos Bruno Siqueira, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Margarida Salomão, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Custódio Mattos, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na campanha para as eleições municipais de Juiz de Fora (MG), em 2012.

São evidentes os motivos desta escolha. Primeiramente, estes planos representam três grandes coligações que abrangem um número muito significativo de partidos atuantes na cidade. Acrescenta-se a isso o fato de que foram esses três candidatos que lideraram as pesquisas que precederam as eleições, apresentando reais chances de serem eleitos. E o favoritismo das pesquisas de opinião foi comprovado na apuração do primeiro turno, em que o candidato Bruno Siqueira obteve aproximadamente 40% dos votos válidos, Margarida Salomão, 37% e Custódio Mattos, 21%. (TERRA, 2012) Juntos, os três candidatos somaram mais de 98% dos votos válidos.

Partindo do pressuposto que tais planos de governo são tidos como diretrizes para um mandato de quatro anos, pretende-se avaliar em que medida a concepção de lazer adotada influencia as ações políticas que foram propostas. A hipótese empregada é a de que neles se encontrem diferentes concepções de lazer (talvez até ambíguas e contraditórias) que resultam em políticas podem não estar abarcando uma série de questões que atualmente estão sendo levantadas pela academia no que tange as políticas públicas de lazer.

Nestes documentos, não será encontrada claramente a concepção de lazer de cada um, pois não foram escritos com este propósito. Planos, também chamados programas de governo, são compilações de ações políticas propostas ao eleitorado e é através delas que serão identificadas as concepções de lazer articuladas, pois a apresentação de tais propostas é permeada de justificativas e explicações que podem permitir tal feito. Para a análise será necessário utilizar categorias que permitam medir o alcance destas ações. Estas categorias foram escolhidas a partir dos elementos expostos ao final da seção anterior, que são: o público-alvo das ações, os conteúdos abrangidos, os espaços considerados e, também, a distribuição das ações direcionadas ao lazer.

Estas categorias de análise conduzem a uma leitura mais especializada dos planos de governo, uma vez que sugerem questionamentos muito específicos, ou seja, qual o público a que se destinam as propostas, quais os espaços por elas considerados, quais os conteúdos que visaram trabalhar e qual a maneira como as ações estão dispostas no plano como um todo. Esta última sendo de suma importância para avaliar qual a postura que foi adotada diante do lazer, ou seja, se foi apresentado como um tema importante (talvez central, como deveria

ser um direto social), ou apenas como um tema periférico que não tem uma relevância em si mesmo.

Estas perguntas articuladas em torno das categorias elencadas direcionarão a análise. Assim, será possível avaliar se o plano de governo considerou o acesso coletivo ao lazer levando em conta a heterogeneidade da população, como defendeu Zingoni (2008) e Souza (2008), ou se focou somente a experiência individual, em uma compreensão limitada do fenômeno. Também será possível checar se as propostas abarcaram várias possibilidades de composição da experiência ou ficaram limitadas ao conteúdo físico, o que Gomes (2008b) advertiu ser resíduo da compreensão recreacionista. Ainda será provável avaliar quais os espaços foram considerados e se ambientes alternativos (não direcionados primeiramente ao lazer) foram levados em conta. Por fim, através da forma como as ações relativas ao assunto foram distribuídas, será possível observar se o tema foi tratado de maneira articulada levando em consideração as políticas propostas em outras áreas.

Cabe ainda salientar que, para esse tipo de abordagem, não é interessante considerar apenas as ocorrências do termo lazer nos planos. Esta postura reduziria o trabalho a uma mera interpretação de texto. Faz-se necessário considerar também os termos que ficam orbitando em torno do tema (tais como recreação, entretenimento) e expressões que dizem respeito àquilo já foi interpretado como finalidades do lazer (descanso, diversão e distração). Desta maneira, será possível interpretar o tema em uma escala mais ampla e captar as nuances em torno do assunto.

## **ANALISANDO E DISCUTINDO OS RESULTADOS**

### **ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO**

#### ***Conteúdos culturais do lazer***

Logo na primeira leitura dos planos de governo é possível perceber como o enfoque se dirige ao conteúdo físico. Na própria divisão de seções, o tema é recorrentemente apresentado como “esporte e lazer”. Esta compreensão se estende por todo o texto dos planos e há poucas referências a outros conteúdos. No plano do candidato Bruno Siqueira, é feita uma alusão à possibilidade de se articular o lazer com eventos (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2012, p. 18), o que poderia ser uma referência ao conteúdo turístico, todavia, ao analisar o contexto em que é feita a alusão, é possível notar que se trata de uma referência a “eventos esportivos”, o

que retoma a situação. Embora o plano da candidata Margarida Salomão se refira ao conteúdo artístico, ao citar cinema, teatro e dança (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2012, p. 22), não há um reconhecimento claro de que tais atividades sejam de lazer. E no plano do candidato Custódio Mattos, a redução do conteúdo é tão marcante que, por várias vezes (PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA, 2012, p. 10-13), o termo “esporte” é empregado como sinônimo de lazer.

### ***Público-alvo das ações***

O enfoque físico e esportivo nos conteúdos das ações parece se refletir sobre a forma como são interpretados os sujeitos a que elas se destinam. Na leitura nos planos foi possível perceber que, de certa maneira, há uma visão de que o lazer seja vivenciado coletivamente, mas sob um viés de competição, não de convivência. Isso faz com que as abordagens sejam individualizantes e universalistas. Isso é tão forte no programa do candidato do PSDB (2012), que crianças, jovens e idosos são tratados como se necessitassem de apenas um tipo de lazer, o esportivo. O plano do candidato Bruno, amplia um pouco a visão quanto à diversidade do público-alvo e sua autonomia, considerando a necessidade de ações específicas para crianças e adolescentes e da participação de profissionais da área nos projetos (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2012, p. 17). Mas é no plano de governo do PT em que mais são mencionados públicos diferentes como detentores deste direito. Neste programa, considerou-se questões de raça, idade, (sendo terceira idade e jovens), gênero, deficiência e meio rural. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2012, p. 26, 28, 30, 33, 35, 59)

### ***Espaços de lazer***

Quanto aos espaços, também foi possível perceber o reflexo do enfoque na atividade física, pois a maior parte dos ambientes considerados “de lazer” foi atrelada à prática de esportes, principalmente nos programas dos candidatos Bruno e Custódio. Mas também foi possível encontrar algumas propostas de uso alternativo do ambiente urbano. O plano peemedebista apresenta a proposta de compartilhar o uso das quadras poliesportivas das escolas com a comunidade local fora do horário escolar (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2012, p. 18) e, no plano do PSDB, o Mercado Municipal é considerado um ambiente propício ao lazer. (PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA, 2012, p. 17) Neste último, há também uma referência ao Parque da Lajinha como um espaço “para as famílias” (PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA, 2012, p. 11), mas, no texto, este espaço não é reconhecido abertamente como um ambiente de lazer. Já no programa petista, há referências a centros de convivência (PARTIDO

DOS TRABALHADORES, 2012, p. 13) e a espaços próprios para idosos (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2012, p. 30) e mulheres (PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT, 2012, p. 35), todavia, espaços como o Mirante e o parque do Museu Mariano Procópio são tratados como elementos para a promoção do mercado turístico (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2012, p. 52), não sendo percebidos como espaços de lazer da comunidade local.

### ***Distribuição das propostas sobre o lazer***

Resta falar da distribuição das propostas de lazer nos planos de governo. Mais uma vez, o conteúdo físico do lazer se apresenta como norteador. No plano do candidato Custódio, mesmo quando há referência ao tema nas políticas de educação, juventude e cultura, as ações propostas são totalmente direcionadas ao esporte. (PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA, 2012, p. 10, 12, 14) Já no plano do candidato do PMDB, há uma abordagem que aparentemente valoriza o lazer ao citá-lo como “necessidade básica”, “direito social” e “instrumento de inclusão social” (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2012, p. 5, 9, 17), no entanto, as ações se atêm a uma política de atividades. Sobre isso, cabe destacar que, em algumas seções, como a que trata do ambiente urbano (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2012, p. 25), o assunto é citado como relevante na apresentação do bloco, mas desaparece na descrição das ações pretendidas. No programa de governo da candidata Margarida, o tema foi trabalhado de forma um pouco diferente. Nele, a seção sobre lazer é uma das primeiras do bloco de políticas sociais e o tema é pulverizado nas outras seções, assumindo uma interface com as ações pretendidas sobre a cultura, a juventude, as mulheres (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2012, p. 15, 33, 35), entre outras. Contudo, também é possível observar uma ambiguidade no tratamento dado à questão, pois o discurso se apresenta indeciso em tratar o tema como “lazer” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2012, p. 8, 26, 30, 35, 40, 42) ou “esporte e lazer” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2012, p. 13, 16, 18, 19, 28, 33, 59), ocorrendo também em uma imprecisão no uso alguns termos como “recreação”, “entretenimento” e “atividades de lazer”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2012, p. 18, 20, 42)

### **AVALIANDO OS RESULTADOS**

Não é possível dizer que exista nos planos de governo uma visão acrítica do lazer, dado que nenhum deles se apresentou indiferente ao tema. Como prova disso, nota-se que há, em cada um dos três, apesar das nuances, uma seção



específica para tratar do assunto, que também é citado em outros espaços. Entretanto, a análise deixa evidente como o tema do lazer fica atrelado (e muitas vezes restrito) ao esporte. Isso parece ser herança da ideologia recreacionista. É um tipo de visão que atrofia as ações não só em termos de conteúdo a ser oferecido à população, mas também de espaço a ser considerado, limitando toda a extensão das propostas em relação ao tema.

Verifica-se também que não adianta muito desvincular o tema do esporte, se ele continuar atrelado ao seu conteúdo físico. Segundo Gomes (2008b), nesta concepção, o assunto acaba ficando restrito a eventos, festas, jogos, como se as pessoas devessem sempre estar em atividade, havendo um menosprezo à vivência reflexiva e contemplativa, destacada por Marcellino (1987), que acaba não sendo vista como lazer. Foram encontradas evidências nos planos de governo que exemplificam isso, como no modo com que o programa da candidata Margarida trata os espaços turísticos, sob um viés mercadológico que não contempla o desfrute da população local. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2012, p. 52)

O programa do candidato do PSDB pareceu ser o mais tributário da ideologia recreacionista e um dos motivos é porque foi aquele em que o assunto foi mais enviesado pelo esporte, não contemplando as possibilidades de vivência contemplativa, nem as manifestações culturais locais. Mas também foi possível perceber influência do recreacionismo nos planos do PMDB e do PT. A contradição em que caem é que, mesmo quando anunciam o lazer por várias vezes como um fator de relevante consideração, nas ações propostas, esta importância acaba se perdendo, ou porque o tema realmente desaparece, ou porque é tratado somente pelo viés da atividade.

Cabe ainda destacar que há muitas nuances entre os planos que os fazem aproximar ou afastar da ideologia recreacionista. Contudo, percebe-se que, nos três programas, mesmo que em algum mais intensamente que em outro, ela ainda exerce grande influência na maneira como são planejadas as ações concretas. Nota-se também que aqueles que as planejaram, não se dão conta de como as políticas propostas em outras áreas dinamizam o lazer. Desta forma, tais planos ainda estão distantes do ponto de vista defendido por Marcellino ao propor que o “[...] lazer seja um programa de governo”. (2008b, p. 29) O próprio autor concorda que, para que isso ocorra, é necessária “uma mudança de mentalidade” (2008b, p. 30), mas atesta que, ao ampliar a visão sobre o assunto e superar o conformismo, as ações criadas fazem com que a sociedade seja a maior beneficiada. O trabalho aqui apresentado pretende auxiliar em uma mudança nesta direção.

## RECAPITULANDO A DISCUSSÃO

Iniciou-se este trabalho revendo as principais perspectivas a respeito do lazer que têm servido de orientação política no Brasil e levantando também, através de uma pesquisa bibliográfica, alguns dos principais elementos que precisam ser considerados por uma política pública de lazer em âmbito municipal. Partindo do pressuposto que um tratamento especial a estes aspectos é capaz de expandir o alcance do direito constitucional ao lazer, foi feita uma análise de como eles foram tratados nos programas de governo dos candidatos à prefeitura de Juiz de Fora, MG.

É importante destacar que as concepções encontradas nos planos de governo se revelam um pouco ambíguas. Isto porque na leitura dos três programas é notável como, em um mesmo plano, são empregadas expressões que remetem a uma ou a outra concepção. Isto demonstra certa persistência de visões sobre as quais alguns estudiosos do tema atestam a necessidade de serem superadas na atualidade. Por isso, é possível concluir que, de modo geral, há, entre os partidos atuantes na cidade, a compreensão de certa importância do lazer, mas que eles encontram uma grande dificuldade para transformar isso em ações concretas, optando pelo recurso ao ativismo que desde muito têm servido de base para as ações.

Ao perguntar pela maneira como as ações políticas influenciam nas ações políticas adotadas, com base na bibliografia consultada e nas evidências levantadas nos programas de governo, parece certo que, quando os governantes possuem uma visão reducionista (ou funcionalista) do lazer, ainda que o valorizem, a população se torna alvo de ações limitadas que não ampliam o alcance deste direito. Pelo contrário, vários públicos diferentes passam a ser contemplados com apenas um conteúdo e os espaços preparados para a vivência são direcionados a tão somente um tipo de lazer, fazendo com que a população, que não é homogênea, não seja amparada na busca por alternativas. E pior. Faz com que algumas experiências populares como o cinema, o circo, o teatro, o andar de skate, o baile *funk* e a dança, nem sejam vistas como passíveis dos investimentos direcionados ao lazer.

É verdade que algumas destas vivências recebem parte dos recursos destinados ao desenvolvimento da cultura, mas o que acontece na prática é que algumas atividades de lazer da preferência da população ficam dependendo de ser reconhecidas como cultura para poder receber os investimentos. Este é o caso, por exemplo, dos *shows gospel* que, de longa data constituem uma vivência de lazer dos segmentos evangélicos, mas só muito recentemente (através de

uma lei promulgada em 2012), depois que o fenômeno *gospel* foi reconhecido como cultura, é que o investimento público foi legalmente autorizado.<sup>12</sup>

Então, cruzando as informações, foi possível não só identificar concepções de lazer presentes nos planos, como também apontar as maiores dificuldades que os políticos possuem para tratar do assunto e algumas das principais perdas para a sociedade. Também foi possível apontar como os partidos podem superar algumas destas dificuldades através de perguntas muito simples como: as ações que estão sendo propostas consideram como conteúdo as manifestações culturais locais? Elas assimilam a diversidade do público-alvo e a sua vivência em grupo? Elas abrangem um uso alternativo de espaços não próprios ao lazer? E ainda, elas consideram o que está sendo proposto nas políticas propostas em outras áreas?

### **(RE)CONSIDERANDO AS CONCLUSÕES**

Não foram esgotadas aqui as várias possibilidades de análise dos planos de governo selecionados. Outra pesquisa talvez fizesse uma leitura diferente das evidências, contudo, aparentemente, depois de tudo o que foi discutido, pode-se dizer que, de modo geral, aqueles que pretendem governar, ao se pronunciarem sobre o lazer, lhe atribuem certo valor. A maior prova disso é que o tema geralmente é abordado em conjunto com outros que são de reconhecida relevância como a cultura, a educação e a saúde. Apesar disso, impressiona como os políticos vão tateando o assunto sem conseguirem uma clara compreensão do objeto com o qual estão lidando, fazendo com que o termo assuma usos dos mais variados e que, em algumas vezes, seja até mesmo substituído por algum de seus conteúdos ou por alguma de suas finalidades, de forma muito limitada. Parece estar claro que isto tem forte influência sobre as ações propostas para a população.

Esta realidade só evidencia como é urgente ampliar os estudos nesta área e, mais do que isso, popularizar os resultados, porque o lazer, mais que um tema acadêmico, é uma questão de cidadania. Não está claro o que é exatamente esse tal direito citado na Constituição Brasileira nem para aqueles que o possuem, nem para os que agenciam condições para provê-lo. Seria o direito ao

---

12 A referência é à Lei Federal 12590/2012 que foi criada para reestabelecer os princípios que instituem o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONATEC). Ela tem em vista reconhecer “A música *gospel* e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural”. (BRASIL, 2012, grifo do autor) Com a ressalva “exceto aqueles promovidos por igrejas” (BRASIL, 2012), no artigo 31-A da lei, tem-se uma situação paradoxal, em que um movimento que surgiu do seio de igrejas (cf. CUNHA, 2004) é reconhecido como cultura, desde que elas não estejam envolvidas em sua promoção. E, neste caso, ainda é preciso considerar as possíveis polêmicas que podem surgir entre aqueles que defendem certa concepção de laicidade.

esporte e a atividade física? Direito a festas e eventos? Direito a visitar lugares diferentes como quebra da rotina? Direito a descansar escutando uma música que se aprecie? Direito a ir ao cinema assistir um filme ou ao teatro assistir a uma peça? Direito de reunir com os amigos em um bar? Direto de assistir televisão, jogar um videogame, ou ir ao shopping e sentar na praça de alimentação, fazer um lanche, e ficar de boqueira? Ou seria o direito de ter autonomia crítica para decidir entre tudo isso e muito mais? Ainda há muito que se refletir e trabalhar até que a população seja conduzida a uma vivência plena de todas as possibilidades do lazer.

## **LEISURE IN GOVERNMENT PLANS OF CANDIDATES FOR MAYOR OF JUIZ DE FORA IN THE ELECTIONS OF 2012**

### **Abstract**

The leisure is recognized as a social right, but is also a term used in many different ways. There is no consensus of its meaning. Considering this fact, although it is possible to note some progress in the institutionalization of brazilian public policies for this area, these advances still keep some distance from the actual conditions of achievement of this right. This work seeks to understand to what extent this lack of clarity around the term affects the political actions in the area, investigating how leisure was conceived in government plans of candidates for mayor of Juiz de Fora (MG), in municipal elections 2012 and presenting the possible impacts of the way the issue was addressed for the target audience of the shares. Based on a literature survey was conducted a brief review of ways to conceptualize leisure that most have served as political orientation in Brazil and a survey of some key elements to analyze public policy leisure local. The government plans were analyzed by these elements. This analysis identified a valuing of leisure, but that is at odds with the proposed actions in plans. It also demonstrated that when governments have a simplistic view of leisure, the population becomes target for limited actions that do not extend the scope of that right. Different publics are contemplated with just one content and the spaces prepared for experience are directed to only one leisure type.

**Keywords:** Leisure. Public policies leisure. Municipality of Juiz de Fora/MG.

### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Marco Antônio Betinne. *Lazer e presídio: contribuições da teoria da ação comunicativa*. 2003. 347 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

ALMEIDA, Marco Antônio Betinne; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. *Conexões*, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 48-63, 2004.

- ALMEIDA, Marco Antônio Betinne; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Cultura e lazer: uma aproximação habermasiana. *Lua Nova*, São Paulo, n. 74, p. 93-130, 2008.
- ALMEIDA, Marco Antônio Betinne; GUTIERREZ, Gustavo Luis. *O lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à globalização*. São Paulo: Phorte, 2011.
- AMARAL, Silvia Cristina Franco. Verbete Políticas Públicas de Lazer. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário Crítico de Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 181-185.
- BARBOSA, Felipe; MARCELLINO, Nelson; MARIANO, Stéphanie. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. *Impulso*, Piracicaba, n. 17, p. 55-66, 2006.
- BARBOSA, Felipe; MARCELLINO, Nelson; MARIANO, Stéphanie. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública. In: MARCELLINO, Nelson de Carvalho (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Ed. Alínea, 2008. p. 133-152.
- BRASIL. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, e dá outras providências. *Diário oficial da União*, Brasília, DF, 16 jun 1990, Seção 1, p. 13563.
- BRASIL. Lei federal nº 12590, de 9 de janeiro de 2012. Altera a lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - lei Rouanet - para reconhecer a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural. *Diário oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan 2012, Seção 1, p. 1.
- CUNHA, Magali Nascimento. *Vinho novo em odres velhos: um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil*, 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- DUMAZEDIER, Jofre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DUMAZEDIER, Jofre. *Sociologia empírica do lazer*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1 ed. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LHC, 2008.
- GOMES, Christianne Luce. Verbete lazer: concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 119-126.
- GOMES, Christianne Luce. Lazer e descanso. In: SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”, 9., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008a. 1 CD-ROM.
- GOMES, Christianne Luce. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008b.
- GOMES, Christianne Luce; ELIZALDE, Rodrigo. *Horizontes latino-americanos do lazer*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

- GOMES, Cristina Marques. *Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil: breve trajetória histórica*. In: SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”, 9., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.
- GUTIERREZ, Gustavo Luís. *Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. *Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- ISAYAMA, Hélder Ferreira; GOMES, Christianne Luce. O lazer e as fases da vida. In: MARCELLINO, Nelson de Carvalho (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Ed. Alínea, 2008. p. 155-174.
- MARCELLINO, Nelson de Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MARCELLINO, Nelson de Carvalho. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, Nelson de Carvalho (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Ed. Alínea, 2007. p. 9-30.
- MARCELLINO, Nelson de Carvalho. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, Nelson de Carvalho (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Ed. Alínea, 2008a. p. 21-42.
- MARCELLINO, Nelson de Carvalho. Subsídios para uma política de lazer. In: MARCELLINO, Nelson de Carvalho (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Ed. Alínea, 2008b. p. 11-16.
- PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB. *Programa de governo rumo certo: compromisso de Custódio para os próximos 4 anos, construído com a participação da sociedade*. Juiz de Fora, MG, 2012.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB. *Plano de governo: uma cidade para você*. Juiz de Fora, MG, 2012. Coligação: uma Juiz de Fora para quem não quer mais esperar.
- PARTIDO DOS TABALHADORES - PT. *Programa de governo: novas ideias para um novo tempo*. Juiz de Fora, MG, 2012. PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, Nelson de Carvalho (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Ed. Alínea, 2008. p. 79-96.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Trad. Fanny Wrabel. 2 ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- PRONOVOST, Gilles. *Introdução à sociologia do lazer*. Trad. Marcelo Gomes. São Paulo: Ed. Senac, 2011.

SOUZA, Flávia Faissal. Estrutura política excludente, práticas culturais normalizadoras, políticas de alívio à pobreza: o lazer em questão. In: MARCELLINO, Nelson de Carvalho (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Ed. Alínea, 2008. p. 122-138.

TERRA. Eleições 2012: resultados do 1º turno. Juiz de Fora, MG. Disponível em: <<http://eleicoes.terra.com.br/apuracao-resultado/2012/1turno/mg/juiz-de-fora,47333.html>>. Acesso em: 11 jan 2013.

ZINGONI, Patrícia. O lugar da família nas políticas de lazer. In: MARCELLINO, Nelson de Carvalho (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Ed. Alínea, 2008. p. 83-104.